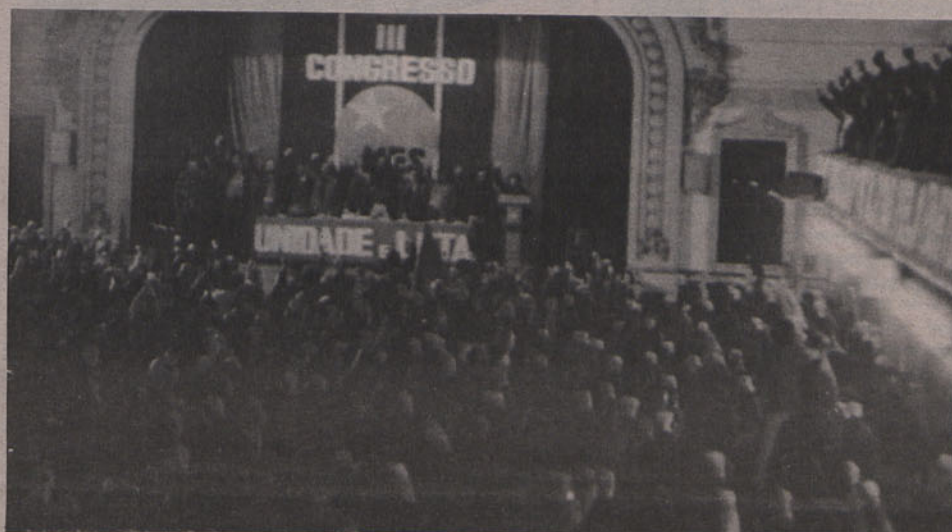




Poder Popular



COMÍCIO DE ENCERRAMENTO DO III CONGRESSO



CONFERÊNCIA SOBRE POLITICA INTERNACIONAL

REFORMA AGRÁRIA DOS TRABALHADORES

PLENÁRIO DE SINDICATOS

TÊXTEIS PREPARAM CONGRESSO

ITÁLIA- UNIFICAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS

conferência do MES sobre POLÍTICA INTERNACIONAL

O MES, no âmbito dos trabalhos do seu III Congresso, cuja sessão de encerramento ocorreu no passado sábado na Voz do Operário, levou a efeito a 11 e 12 do corrente mês, conforme havia sido anunciado, uma Conferência sobre Política Internacional. O seu objectivo era o de, discutindo e clarificando a situação e o desenvolvimento da luta de classes à escala mundial, dotar o MES e a esquerda revolucionária de uma firme política internacional capaz de contribuir para o combate internacionalista contra o imperialismo e pela vitória mundial do socialismo.

Com efeito, é claro para o MES e para a esquerda revolucionária, particularmente depois do 25 de Novembro, que o êxito da luta do proletariado português e dos seus aliados pelo socialismo, só pode entender-se no quadro da luta dos proletários e dos povos oprimidos e explorados de todo o mundo contra o imperialismo.

Ora, num momento em que a entrada do CDS no governo, nomeadamente nos Negócios Estrangeiros, demonstra à evidência a crescente subordinação da burguesia portuguesa às exigências do imperialismo, o MES alerta para a imperiosa necessidade de erguer na luta a resistência popular activa contra a ingerência imperialista.

Reunindo mais de centena e meia de participantes, nomeadamente delegados de todas as Organizações Regionais do Partido, a Conferência sobre Política Internacional debruçou-se sobre a caracterização da estratégia do imperialismo norte-americano, a adesão de Portugal ao Mercado Comum Europeu, ao papel determinante aí desempenhado pela R.F.A., à crise do movimento comunista internacional, o eurocomunismo e a estratégia da URSS.

A Conferência reafirmou a necessidade do reforço da solidariedade internacionalista entre as organizações revolucionárias, aliás testemunhado pelo importante contributo das organizações estrangeiras presentes.

Neste número do "Poder Popular" não apresentaremos, por absoluta falta de espaço para o fazer integralmente e de um modo completo, os vários aspectos ou conclusões referentes aos temas, acima referidos, sobre os quais esta Conferência se debruçou — o que faremos ao longo dos próximos números do nosso órgão central.

De entre as organizações estrangeiras convidadas presentes, intervieram pessoalmente no início dos trabalhos camaradas do Movimento Comunista de Espanha (MCE), da Organização de Esquerda Comunista (OIC),

ambas organizações do Estado Espanhol com quem o MES trava as mais fraternas relações de camaradagem, e ainda o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) chileno e o MIR peruano assim como uma delegação do Partido de Esquerda Socialista (P.E.S.) da Dinamarca.

Destacamos alguns aspectos das suas intervenções:

O MC (Espanha), entre outros pontos referiu o papel do PSOE como ponte de ligação entre a R.F.A. e os E.U.A. para a Europa do Sul e a África do Norte, funcionando como elemento de fortalecimento do bloco capitalista europeu e servindo ao mesmo tempo como ponta de lança da política da chamada Internacional Socialista (identificada como a antiga II Internacional) para a América Latina, na tentativa de buscar uma alternativa social-democrata para os agudos conflitos de classe nesse continente. Quanto ao P.C.E., caracterizou o seu papel como servindo à atenuação das contradições do processo espanhol relativamente ao imperialismo americano, aprofundando neste sentido o papel conciliador do chamado "eurocomunismo", tal como o faz no seio do Estado espanhol.

A O.I.C. fez a análise da situação política espa-

nhola, abordando as questões da permanência da Monarquia, da U.C.D. governamental como prolongadora do regime burguês mas buscando a solução da crise que afligia o franquismo, fazendo deste aspecto o seu principal pro-

des democráticas à sementeira do que está a acontecer nas democracias burguesas europeias.

Das intervenções das camaradas latino-americanas de algum modo semelhantes, destacamos a do MIR chileno, que caracteri-

zação auxiliando-se do reformismo.

Os camaradas latino-americanos debruçaram-se ainda sobre o papel da JCR (Junta de Coordenação Revolucionária) no seu continente e sobre a discussão e debate aberto com vista ao seu reforço e alargamen-



grama de Governo, referindo ainda todos os pontos daí decorrentes como o pacto de Moncloa, o papel auxiliar do PSOE na sua ligação à Europa capitalista mais avançada e o factor conciliador de desarme e reformista do P.C.E. Estes dois partidos, em consenso com os partidos da direita, estariam além disso a restringir as possibilidades do processo de democratização renunciando a algumas das exigências mínimas da democracia, não combatendo a tendência para a limitação das liberda-

zes do período actual na América Latina como de predomínio da contra-revolução; fase esta que se liga a um período de profunda crise do movimento comunista internacional. Referiu-se à terceira grande crise do capitalismo internacional, que actualmente assola o mundo capitalista, crise esta que será prolongada e poderá provocar revoluções vitoriosas em vários países ou pontos do

Nesta crise, a burguesia teria duas saídas: ou atacar directamente a classe operária, ou tentar a sua intel-

to na luta contra a repressão ditatorial existente nos seus países respectivos, reafirmando o papel dirigente da classe operária, a incapacidade do reformismo (como exemplo do Chile nem ilustrou, de uma forma completa e definitiva) e a necessidade da coordenação das forças revolucionárias à escala continental, contando com o apoio da classe operária internacional.

Por último, a delegação do Partido de Esquerda Socialista dinamarquês abordou também a crise capitalista mundial,

notícias do **MES**

INTENSA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DO MES SOBRE POLÍTICA INTERNACIONAL

No âmbito da Conferência sobre Política Internacional (ver notícia mais desenvolvida) realizaram-se sessões preliminares em vários pontos do país. Porto, S. João da Madeira e Beja largas de-

nas de 11 e 12 de Novembro e amigos do nosso partido discutiram amplamente a situação da luta de classes ao nível mundial e do movimento comunista internacional.

SAIU O CONE nº 2

Acaba de sair o segundo número de "O CONE" — jornal do MES para o Sector têxtil — que já está em distribuição nas fábricas e empresas do sector: "Obrigamos os patrões

a cumprir a Portaria", "Contra o governo PS/CDS — ergamos a Jornada Nacional de Luta", "Prepararemos o II Congresso dos trabalhadores têxteis", "Tribunal dá razão aos trabalhadores no caso Lopes e Rosas — a luta continua,, — são os principais títulos deste número.

CONVÍVIO DO ORGANISMO TÊXTIL DA ORL

O Organismo Têxtil da Organização Regional de Lisboa promoveu no passado dia 4 de Fevereiro um convívio entre os militantes e simpatizantes que trabalham no sector.

O programa, que reuniu várias dezenas de camaradas têxteis, centrou-se no debate sobre a actual situação política e sindical e na evolução do 4 de Fe-

vereiro (início da gloriosa luta armada do povo angolano) e foi ainda animada pela passagem de filmes e slides e pela tradicional merenda num ambiente de franco convívio revolucionário.

COMISSÃO NACIONAL DO MES PARA A QUESTÃO DA MULHER EDITA 2º CADERNO DE TEXTOS

A CNQM, no seu trabalho impulsionador do debate no partido e na esquerda revolucionária em geral, sobre esta questão, lançou o nº 2 dos cadernos "Sobre a Questão da Mulher", com textos de aprofundamento tais como "Directivas para o movimento comunista das mulheres" de Clara Zetkin, "Petição pelo aborto na Hungria" e "Ser mulher".

ESTA À VENDA!

movimento de esquerda socialista

BASES PROGRAMÁTICAS E ORIENTAÇÃO TÁCTICA

III CONGRESSO dezembro 1977

EDITORIAL

Com a aprovação do seu programa na Assembleia da República, o governo PS/CDS inicia um mandato cuja natureza não deixa dúvidas aos trabalhadores e ao movimento popular. Nas mãos do CDS, a direcção do Partido Socialista entregou três ministérios que vão ser campos de experiência da direita no cumprimento do seu programa próprio, que é um programa de reforço do autoritarismo burguês, de devolução ao capital privado de largos sectores económicos, de submissão aos interesses imperialistas.

Que política aplicará o CDS nos Negócios Estrangeiros? Que relações estabelecerá com os países africanos de expressão portuguesa o ministro de um partido que apoiou e apoia a UNITA e tem relações privilegiadas com as forças parlamentares mais reaccionárias da Europa, (as democracias cristãs) principais inspiradoras das restrições de liberdades nos respectivos países e apoiantes tácitos da contra-revolução africana?

Que fará o ministro CDS para a Reforma Administrativa dos amplos poderes que lhe são dados para reorganizar o aparelho de estado?

Recorde-se apenas que este ministro foi advogado de defesa dos elementos da rede bombista.

Quanto ao Comércio e Turismo, a ser dirigido por um homem da CIP, o programa do governo com o CDS é bem claro: — assegura que “o estado não intervirá no sector privado do comércio externo” e decide que “o sector turístico tem uma vocação privada”, apontando assim para a reprivatização das empresas do sector intervencionadas ou indirectamente nacionalizadas.

A entrada do CDS no governo pela mão do Partido Socialista não se faz, no entanto, sem que este sofra uma profunda sangria das suas bases desiludidas e indignadas. Os diálogos azedados entre deputados PS ou as tomadas de posição da Juventude Socialista face aos arruaceiros da JC são exemplos do mal-estar que tem resultado cada vez mais, e resultará em deserções de militantes. A política de direita da direcção do PS acaba, assim, por ser um factor na recomposição da esquerda portuguesa, ao libertar sectores de militantes socialistas para novos projectos políticos de combate ao autoritarismo burguês. É de referir em particular o papel positivo dos socialistas de esquerda na criação recente da UEDS.

Acontecimento muito positivo, a criação da UEDS não preenche no entanto, as necessidades de recomposição na esquerda portuguesa que reforcem o campo revolucionário, onde a acção do MES se desenvolve. Tão pouco

essas necessidades poderiam ser preenchidas pela chamada “organização unitária de trabalhadores e revolucionários”, cujo projecto esquerdista e confuso foi já claramente rejeitado pelo nosso partido.

A alternativa que responda a essas necessidades, e pela qual lutamos no seio da esquerda, haverá de resultar de esforços de unidade no seio do movimento operário e popular, que permitam acumular a máxima força nas diversas frentes de Resistência Popular Activa, das empresas aos campos, das escolas aos bairros, do combate das mulheres e dos jovens à luta contra o renascimento de tendências fascistas.

É esta uma conclusão do nosso III Congresso, que aponta o trabalho paciente mas enérgico de reforço do movimento popular, e em particular do movimento sindical, como o terreno privilegiado para a unidade dos revolucionários e o confronto entre os seus projectos e práticas.

O recente plenário da CGTP-IN de 4 deste mês, que debateu as perspectivas de luta do movimento sindical contra o governo com o CDS e a ofensiva patronal, revelou que é possível e frutuoso o combate dos sindicalistas revolucionários pela unidade em torno de objectivos que dirijam o movimento para a resistência e não para a cedência sistemática. Neste plenário, foram adoptados alguns pontos das propostas revolucionárias e consagrada mais uma vez a realização de uma Jornada Nacional de Luta.

Mas esta jornada só será uma realidade, se houver capacidade de criar, a nível dos locais de trabalho, uma dinâmica que a imponha. E há que contar que a acção dos sindicalistas revolucionários necessária para criar esta dinâmica terá à partida a oposição dos revisionistas, hegemónicos no movimento sindical. A campanha “anti-esquerdista” que o PCP recentemente lançou tem justamente a função de obstruir a influência que sectores políticos e sindicais revolucionários ganharão junto do movimento popular. Visando directamente um alvo fácil — as contradições e inconseqüências no desenvolvimento da UDP/PCP(R) — esta campanha pretende apresentar o PCP como única força de esquerda, metendo tudo o resto no mesmo saco “esquerdista”. Mas não conseguirá evitar que a influência da esquerda revolucionária se alargue às próprias bases reformistas. É essa uma tendência imposta pelas necessidades de luta contra o poder burguês, de que o governo com o CDS é a expressão nesta fase.



Poder Popular

Devido a uma série de problemas que se prendem com a reestruturação em curso e com os novos processos através dos quais este jornal é feito, o Poder Popular acabou por sair com um dia de atraso.

Também as graves dificuldades financeiras que enfrentamos puderam ser vencidas ainda esta vez.

Porém, o certo é que só com o apoio e colaboração efectivos dos militantes, filiados e amigos do MES será possível levar por diante a tarefa que nos propusemos de melhorar e regularizar a saída e aumentar a difusão do “Poder Popular”.

Ao trabalho, camaradas!

ASSINATURA

Poder Popular MES

Jornal Quinzenal

Sai às 5.ªs feiras

Propriedade

do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I, 132, Lisboa
Telefone 66 26 29

Impressão
Renascença Gráfica SARL
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00

12 meses 130\$00

apoio 250\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome

Morada

ENVIO CHEQUE N.º BANCO

ENVIO VALE DE CORREIO N.º

TRIBUNAL CÍVICO HUMBERTO DELGADO

Apoiado por um conjunto alargado de democratas e elementos activos em diversos sectores do combate anti-fascista, o projecto do Tribunal Cívico Humberto Delgado visa julgar os crimes do fascismo e da sua policia política, contrariando aqueles que, desde os partidos de direita aos órgãos de poder burguês, se esforçam por que esses crimes caiam no esquecimento. Foi na perspectiva de dar novo impulso ao projecto e de alargar o seu apoio, que a Comissão Organizadora realizou

a sua terceira reunião geral no passado dia 3 de Fevereiro. Nesta reunião, o Secretariado Executivo apresentou um plano contido em dois documentos-base (1. Plano do TCHD para Fev/Maio 78 e 2. Normas processuais das sessões públicas do Tribunal), que foi discutido pelos presentes e aprovado na generalidade.

Do plano referido, destacam-se os pontos seguintes:

— Contactos com entidades oficiais, Partidos e Associações anti-fascistas,

sindicatos e associações profissionais, no sentido de que, pelas formas possíveis, exprimam o seu apoio ao Tribunal Cívico.

— Contacto com personalidades estrangeiras ligadas a organizações internacionais de carácter anti-fascista, tendo em vista a sua deslocação a Portugal no âmbito dos trabalhos do Tribunal.

— Realizações de sessões distritais tendentes a divulgar as actividades do Tribunal.

Foi finalmente aprovado que as sessões públicas se

realizariam nos dias 27/28 Maio e 10 de Junho deste ano.

O MES considera importante a revitalização do projecto do TCHD, inserida no combate das forças democráticas e de esquerda ao renascimento de tendências fascistas na nossa sociedade.

Os seus militantes estarão, pois, presentes nos esforços para levar por diante esta iniciativa e para ligar às tarefas de construção da resistência popular activa.

III CONGRESSO

Enchendo totalmente o pavilhão da "Voz do Operário" cerca de 2.500 membros, filiados e amigos do MES, organizações nacionais e estrangeiras convidadas mantiveram a sua atenção às intervenções saudações e mensagens que se prolongaram até cerca da 1 hora da noite.

Contra aqueles que desde há muito esperam a morte da alternativa revolucionária de que o MES é portador, este Comício demonstrou bem que o Partido está vivo e fortalecido com uma tática segura. Contra aqueles que sonhavam com grandes "divisões" internas, este Comício demonstrou também como a um debate interno se seguiu uma maior unidade.

Em ambiente de entusiasmo partidário intervieram os camaradas do Comité Central Nuno Teotónio Pereira, Francisco Farrica, Manuel Pires, Fernando de Sousa e Augusto Mateus, tendo o camarada Eduardo Graça dirigido a mesa de trabalhos do Comício. Igualmente na mesa membros das Direcções Regionais da Beira Litoral, Baixo Alentejo, Lisboa, Setúbal e Porto que, tal como uma camarada do CNQM - Comissão Nacional para a Questão da Mulher, fizeram curtas saudações mostrando assim que todo o Partido está unido e empenhado em levar à prática as decisões do nosso III Congresso.



COMÍCIO NA "VOZ DO OPERÁRIO"



N. TEOTÓNIO PEREIRA UMA ALTERNATIVA PRÓPRIA E INSUBSTITUÍVEL

Esse ano de intenso trabalho político foi o nosso III Congresso. Foi um ano em que sacrificámos alguma coisa da nossa intervenção externa para nos prepararmos melhor para as batalhas que estão à nossa frente. Mas não estivemos ausentes das lutas concretas que o nosso povo trava contra a ameaça fascista, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista no nosso país. Por isso a luta ideológica que travámos no nosso seio não foi de forma nenhuma desligada dessas lutas: foram elas que constituíram a seiva dos nossos debates, fizeram frutificar a nossa experiência e que deram força às opções políticas e organizativas feitas no Congresso.

de um programa político próprio e de uma tática adequada à actual fase de luta. Camaradas e Companheiros É à luz destas lições que o nosso Partido traçou no III Congresso os objectivos imediatos principais na luta pela Unidade Popular. 1º objectivo - Erguer uma acção política organizada nas várias frentes de

nas várias frentes de luta, não praticaremos alianças políticas estáveis e permanentes com nenhum outro Partido Político, em virtude das divergências táticas e de linha política que nos separam. 2º Objectivo - Realização de acordos e compromissos políticos pontuais, com outras forças políticas, nomeadamente, com a UDP/PCPR, que permitam agrupar a máxima força nas

de Popular, que o nosso Partido assume uma posição clara face aos dois mais recentes e significativos acontecimentos de recomposição das organizações políticas de esquerda: A posição do nosso Partido quanto à anunciada "organização unitária e revolucionária de trabalhadores" é clara e firme: Num momento em que a situação política impõe mais do que nunca o reforço da Unidade Popular, para fazer frente à ofensiva burguesa, esta iniciativa que debaixo do "basismo" e "apartidarismo" afirmado, mais não significa do que a tentativa de engordamento do PRP debaixo de um novo nome, vem cavar novas divisões e fomentar novas ilusões. É bem outra a posição do nosso Partido quanto à formação da UEDS: encerra desde já um facto positivo que é o de arrasto para fora de influência da política de direita do PS alguns sectores políticos. Representa, assim uma das manifestações, no plano político, da deslocação para a esquerda da base de apoio da social-democracia. Camaradas e Companheiros É a partir da clarificação política e da prática no terreno da luta que as organizações se definem e se afirmam perante o povo. O nosso partido é portador de uma alternativa própria e insubstituível, que não se confunde com qualquer outra, e que visa o futuro, lutando no presente. Essa alternativa corresponde às necessidades e às esperanças do povo trabalhador do nosso país e por isso também dos explorados e oprimidos de todo o mundo. VIVA O MES!

INTERNACIONALISMO PRESENTE!

Se no nosso III Congresso demos importância fundamental à análise da situação política do nosso país e à definição duma justa tática para a luta do nosso povo, o internacionalismo militante esteve presente e, cada dia mais reforçado pelo papel crescente da ingerência imperialista na nossa pátria.

O Comício de Encerramento foi bem o espelho dessa solidariedade que não conhece fronteiras e bem poderíamos dizer que esteve sob o signo do internacionalismo proletário - mensagens, saudações e presenças de vários partidos e países amigos deixaram claro que na nossa acção militante não estamos sós e que o nosso Partido recolhe também internacionalmente simpatia e solidariedade revolucionárias.

Estiveram presentes ao Comício o MCE - Movimento Comunista de Espanha, a OICE - Organização da Esquerda Comunista de Espanha, o MIR chileno e o MIR peruano, o Partido da Esquerda Socialista da Dinamarca, a FRETILIN vanguarda do povo de Timor-Leste e ainda o camarada embaixador da República de Cabo Verde. Além destas organizações enviaram saudações: o MAPU do Chile, o "Forbundet Kommunist" da Suécia e o PDP Partido da Democracia Proletária de Itália.

Já no final do Comício o camarada Nuno Teotónio Pereira leu uma moção dedicada a todas as organizações amigas e, através delas, a luta dos povos de todo o mundo.

luta do povo trabalhador que permita aliar a acção do nosso Partido à de todos os activistas do movimento operário e popular que, dedicados à acção revolucionária, apoiem o programa Tático da Resistência Popular Activa.

No erguer da acção organizada revolucionária

batalhas concretas da Resistência Popular ou criar uma alternativa palpável e com crédito, em batalhas políticas globais, à influência e peso do reformismo revisionista do PCP. É também à luz das lições e ensinamentos obtidos da nossa já rica experiência de luta pela Unida-

FRANCISCO FARRICA PRESEÇA NAS BATALHAS DEMOCRÁTICAS

Camaradas Vivemos em Portugal um momento que se caracteriza pelo reagrupamento das forças políticas de direita em tomo de projectos que mais não podem significar do que repressão, fome, e miséria para o povo. Ainda é tempo de erguer uma barreira contra o desânimo e o derrotismo nas batalhas que hoje temos à nossa frente. É preciso que se diga com firmeza, que o MES defenderá a constituição de todos os ataques que lhe sejam movidos pela direita reacçãoária e fascista. Não é tempo para so-

brancerias esquerdistas em relação às grandes batalhas democráticas onde é possível unir e juntar ao povo trabalhador as mais largas camadas democráticas e anti-fascistas. É preciso mostrar ao povo português que as propostas dos revolucionários são realistas e de possível concretização. O MES face à presente situação aponta o caminho da unidade, da organização e da luta. Unidade em tomo de objectivos claros e coerentes, e não de grandes charreiras que não passam de boas intenções de quem as

apregoa. Assim o MES considera necessário a criação de frentes parciais de luta a nível nacional, quer no terreno sindical contra a cisão e o pacto social, pela unidade do movimento sindical unitário, quer na Reforma Agrária, quer nas escolas e no movimento estudantil, quer ainda na luta pela habitação. Será ao mesmo tempo em torno de iniciativas como o 25 de Abril, 1º de Maio e a criação do Tribunal Cívico Humberto Delgado. É na luta pela organização e consolidação destas frentes e iniciativas que se

podem dar passos significativos na Unidade Popular. Unidade que tem como base essencial as forças organizadas no movimento popular. Unidade nos diversos terrenos de luta onde for possível chegar a plataformas para levantar a Resistência Popular Activa. Por isso dizemos: VIVA A UNIDADE DE TODOS OS REVOLUCIONÁRIOS E ANTI-FASCISTAS VIVA A UNIDADE POPULAR!

FERNANDO SOUSA CONSTRUIR O PARTIDO DA CLASSE OPERÁRIA

O nosso III Congresso aprovou três pontos à volta dos quais se terá de concentrar todo o nosso esforço militante para os levar à prática. São eles o erguer da Resistência Popular Activa, Construção do Partido Revolucionário da Classe Operária e Construção da Frente de Massas Anti-Fascista, Anti-Capitalista e Anti-Imperialista. A construção do Partido Revolucionário da Classe Operária só será possível com a derrota das concepções revisionistas e esquerdistas que ainda manietam grande parte do proletariado mais avançado. Temos que ter a lucidez política suficiente para compreendermos que, só apresentando uma alternativa concreta, tanto no plano ideológico como no plano organizativo poderemos trazer para o campo dos re-

volucionários os camaradas influenciados por concepções erradas. Que a construção do Partido passa não só pela nossa própria transformação mas também por auto-proclamação. O partido terá de ser um destacamento de combate da classe operária capaz de unir e galvanizar as forças sociais necessárias à tomada e consolidação do poder político pelas classes trabalhadoras. Jamais haverá revolução socialista sem que a classe operária tenha fundado o seu partido.

Nenhuma destas tarefas será cumprida se não nos assumirmos individual e colectivamente como comunistas e revolucionários. Ser comunista aqui é entregar-se em condições às tarefas gigantescas que os pontos atrás citados nos obrigam. A linha política saída deste nosso congresso vai ser aplicada na prática e no confronto com a realidade do nosso povo. Disto nenhum de nós poderá ter a mínima dúvida. Essa mesma realidade nos mostrará se é correcta ou não. O futuro desfará as dúvidas. Que nenhum de nós regateie esforços nas missões que lhes forem confiadas. Que nenhum desista, que ninguém tema, para que possamos, ainda nos nossos dias, deixar de assistir à humilhação do nosso povo por qualquer embaixador imperialista VIVA O COMUNISMO!

MANUEL PIRES ERGUER A CORRENTE SINDICAL REVOLUCIONÁRIA

No III Congresso do MES, foi definida como tarefa tática central do nosso partido, a luta para erguer uma Resistência Popular Activa. Numa fase de resistência como a que vivemos são os sindicatos e o movimento sindical os principais pilares do movimento operário.

Mas para que o Movimento Sindical esteja à altura de responder a essa tarefa tem de seguir por uma linha democrática e de classe, dum linha democrática que assente na unidade e na ampla participação dos trabalhadores. Camaradas

Temos que combater as posições dominantes que o PCP tem no movimento sindical e das quais se serve para ganhar força nas negociações com os partidos burgueses. Mobilizar os trabalhadores para a luta ou sabotar a sua unidade desencorajando-os de lutar tem sido a prática sindical do PCP, consoante lhe interessa fazer pressões sobre o poder ou mostrar-se compreensivo e dialogante.

Por outro lado camaradas, não podemos deixar de criticar duramente a prática sindical da UDP/PCP(R),

que seguindo a sua tática política radical, a tem levado a confundir onde se situa o inimigo principal, e por isso, favorece por vezes, a divisão dos trabalhadores e o seu isolamento.

avançará através de um processo em que a negociação é relegada para um segundo plano, em favor da imposição administrativa e repressiva. Por isso camaradas, devemos mobilizar todos os

grande campanha nacional contra o desemprego são tarefas imediatas que se devem impor ao movimento sindical.

A luta contra o perigo da cisão sindical só será vitoriosa se conseguirmos fortalecer a unidade entre todos os trabalhadores na defesa das suas reivindicações, se impulsionarmos um sindicalismo democrático, chamando todos os trabalhadores a uma ampla participação na vida sindical.

Erguendo sindicatos verticais de actividade acabando com pequenos e variados sindicatos de profissão.

Erguendo um sindicalismo assente nos locais de trabalho e na organização na fábrica, e não em estruturas burocráticas voltadas para a conciliação.

Existente campo que se abre à acção dos revolucionários para aí firmarem com segurança uma alternativa ao reformismo ainda tão influente no movimento operário.

Tenham confiança, porque se o caminho é duro nada poderá vencer a força de quem tudo produz; a força das massas trabalhadoras.

UM FORTE APELO À UNIDADE!

Um forte apelo à unidade, à Unidade Popular como motor da Resistência Popular Activa - eis uma das principais conclusões saídas do nosso III Congresso. No Comício de Encerramento presentes, pois, diversas organizações com as quais temos estado lado a lado em muitas frentes de luta - a UDP, a UMAR e a LCI (que enviaram mensagem) e ainda a UEDS. Presente igualmente uma delegação do Sindicato dos Têxteis do Sul, do CIDAC e C. de Apoio à Polisário.

Camaradas Contra estas linhas sindicais é fundamental erguer a corrente Sindical Revolucionária capaz de unir na acção conjunta os activistas sindicais defensores de um sindicalismo democrático e de classe.

O agrupamento dos activistas revolucionários no movimento sindical tem-se feito na defesa de um programa de luta contra o Pacto Social e a Cisão Sindical.

Em Portugal e no actual processo de recuperação capitalista o Pacto Social tem avançado e

esforços na luta pelo CCI contra as portarias e contra a limitação administrativa dos salários. Para isso devemos ter sempre bem presente que o terreno fundamental de luta é o local de trabalho - Outra frente de luta fundamental contra o Pacto Social é a luta contra os despedimentos.

Resistir activamente aos despedimentos nos locais de trabalho, defender nos projectos de reconversão a segurança dos postos de Trabalho, lutar pelo aumento e alargamento de emprego, desenvolver uma

AUGUSTO MATEUS A CAMINHO DO GOVERNO DE UNIDADE POPULAR

Camaradas e companheiros A sessão de encerramento do III Congresso do nosso Partido realiza-se no momento em que a situação política do nosso país conhece, em simultâneo, uma confirmação e uma viragem com a formação do governo de direita de coligação do PS com o CDS.

Confirmação porque a sua própria formação mostra com toda a evidência que na actual fase é no quadro da democracia burguesa limitada que a direita e o imperialismo procuram, através da revisão antecipada da Constituição e da contenção cada vez mais apertada da luta popular pelo reforço do autoritarismo burguês, tomar conta das rédeas do poder político no nosso país. Viragem porque não te-

remos apenas um governo de cedências à direita e ao imperialismo como foi o I Governo do Dr. Soares, mas sim a direita no governo ocupando postos-chave e um governo de direita que encontra no apoio do imperialismo e no cumprimento subserviente das suas exigências a sua base de sustentação. A nossa plataforma é uma plataforma de luta e resistência, não uma plataforma de recuo e conciliação com as forças burguesas, nem uma plataforma vaga e ilusória definida pela negativa como contraponto das cedências do reformismo. Esta foi a base da nossa acção na actual crise política. Esta será a nossa base de oposição revolucionária ao CDS no governo, ao governo com o CDS e à

política de direita e repressiva da coligação PS/CDS. O MES diz claramente: O movimento popular, as forças revolucionárias e a esquerda em geral não estão em condições de, na actual fase, imporem ou determinarem soluções ao nível do governo. O movimento popular e as forças revolucionárias estão sim em condições de, pela via da resistência e da luta, combater todas as tentativas de formação de governos mais autoritários e repressivos, todas as tentativas de endurecimento da recuperação capitalista. Apontando o caminho da luta por um Governo de Unidade Popular, o nosso partido liga solidamente a plataforma de luta da resistência popular activa, o

desenvolvimento da nossa tática, exige que as tarefas da resistência sejam solidamente ligadas à construção de uma alternativa popular para a crise da sociedade portuguesa, taforma tática de resistência ao programa estratégico da revolução proletária e socialista e à necessidade histórica da construção do Partido Revolucionário da Classe Operária. Estas são as condições e as armas da luta por um Governo de Unidade Popular, governo imposto à custa da unidade, organização e luta das massas populares, governo destinado a favorecer o desenvolvimento insurreccional da ofensiva popular em direcção à tomada do poder político, ao Poder Popular e ao Socialismo.



ERGUER A RESPOSTA OPERÁRIA À CRISE

II CONGRESSO DOS TÊXTEIS

Em reunião do Conselho geral dos Sindicatos Têxteis efectuada em 21 de Janeiro passado, foi aprovado o Regulamento do II Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sector Têxtil, que terá lugar na Covilhã em 19, 20 e 21 de Maio deste ano. Está, assim, desencadeado o processo de preparação desta importante realização sindical, que visa reforçar a coesão e a organização dos cerca de 300.000 trabalhadores do sector e definir objectivos e programa de acção para os dois próximos anos.

O Regulamento prevê a realização de reuniões e assembleias gerais de trabalhadores e delegados sindicais, para discussão e aprovação dos documentos de trabalho do Congresso, de modo a transformá-lo num processo participado, na linha do que já aconteceu com o I Congresso de 1975.

As lutas do sector têxtil têm sido marcos do movimento operário português, na persistência, na mobilização e nas formas de organização adoptadas. Significativamente, é neste sector que mais se tem afirmado a corrente revolucionária que, dentro do movi-

mento sindical unitário, vem lutando contra o pacto social e a cisão, pela reestruturação democrática dos sindicatos, e fazendo assentar a força destes nos locais de trabalho. Foi também neste sector que se realizou um dos processos mais avançados de fusões e verticalizações de sindicatos, necessárias para liquidar a herança corporativa dos muitos e pequenos sindicatos de profissão.

Da forte intervenção dos sindicatos têxteis no movimento sindical português, são exemplos as propostas que sobretudo o Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul apresentou ao Congresso dos Sindicatos de 1977, as quais foram parcialmente adoptadas na redacção final do Caderno Reivindicativo imediato dos Trabalhadores Portugueses, que se mantém actual, e importa mais que nunca levar à prática.

E foi também por intervenção deste e de outros sindicatos que recusam a perspectiva reformista, que os recentes plenários da CGTP-IN em particular o do passado dia 4 de Fevereiro, consagraram a realização de uma Jornada Nacional

de Luta contra a ofensiva burguesa e patronal.

A DURA LUTA NAS EMPRESAS

Os trabalhadores têxteis têm uma experiência muito dura de combate diário nas fábricas contra a repressão patronal e a exploração. O processo do seu Contrato Colectivo de Trabalho Único e Vertical foi pontuado por dezenas de lutas fabris contra despedimentos de delegados e dirigentes sindicais e outras formas de intimidação, como no caso dos dirigentes Lopes e Rosas, despedidos da fábrica Manuel Lopes Henriques e readmitidos por imposição dos trabalhadores. O patronato têxtil de muitas empresas não aceita nem mesmo a portaria de miséria decretada pelo governo, que substituiu o CCTUV e liquidou regalias já consagradas em contratos sectoriais. E, assim, boicota a aplicação da portaria, intimidando e despedindo.

São, pois, grandes as tarefas dos sindicatos para garantir uma mobilização eficaz nas fábricas contra as prepotências dos patrões. No Programa de Acção para 1978 do Sindicato dos Têxteis do Sul,

diz-se claramente que os objectivos de luta dos trabalhadores não se alcançarão "através de pactos nem pela acção de meia dúzia". Só através da luta organizada, a partir de cada local de trabalho e com a participação de todos nós, conseguiremos vencer". É nesta perspectiva, que se têm colocado as iniciativas de formação e dinamização sindical, de que é exemplo recente a acção levada a cabo na zona de Minde (distrito de Santarém), onde durante vários dias, alguns quadros sindicais se esforçaram por vencer o medo e garantir a mobilização dos cerca de 1300 trabalhadores das fábricas têxteis locais.

O reforço do movimento sindical só poderá viver deste tipo de acções, que alarguem a consciência de classe, a disposição para a luta e a participação dos trabalhadores na vida dos Sindicatos. É este o caminho da emancipação do movimento sindical do controle reformista, que só enfraquece a autonomia e a força da classe operária. Será este certamente o caminho a apontar pelo II Congresso Têxtil da Covilhã.



TRABALHADORES EM LUTA!

Ainda o governo vai nos apertos de mão, nos slogans televisivos e nas lenga-lengas parlamentares e já o patronato mete mãos à obra no levar à prática a todo o vapor o respectivo programa.

Vamos pois assistir a uma intensificação dos conflitos sociais, motivada pela ofensiva do patronato, apoiada no seu novo Governo. E é de esperar que os reformistas do PCP, falhada a tentativa de aliança com o PS, dêem (ao menos momentaneamente) luz verde ao desejo de resistência e luta sentido por camadas cada vez mais amplas de trabalhadores. No entanto, e como sempre, este endurecimento provável do PCP destinar-se-á a novas cedências, a novas conciliações e a novas derrotas.

De facto este movimento de resistência que hoje se ergue só poderá ser levado à vitória se os revolucionários em todas as frentes e particularmente a nível sindical, souberem criar raízes nas massas fazendo vencer firmes posições de combate, escolhendo não o caminho da conciliação mas o da luta.

Algumas lutas recentes ou em curso - Lisnave, Cabos Ávila, Minas da Panasqueira, Sociedade Nacional de Sabões, etc. reforçam o que afirmamos.

Em qualquer delas, e para além da forma como se manifestam, defronta-se uma ofensiva deliberada do patronato contra importantes conquistas alcançadas pelos trabalhadores, após o 25 de Abril.

-São ataques aos leques salariais, das administrações da Lisnave e das Minas da Panasqueira querem alargar, privilegiando os mais privilegiados (cujos salários, segundo comunicado da CT da Lisnave são claramente desfavoráveis em comparação com o mercado do trabalho), reforçando a divisão e hierarquia na empresa, base do seu poder;

-São os ataques aos horários de trabalho que os patrões das M. da Panasqueira e da S. N. de Sabões pretendem aumentar tirando daí os consequentes lucros sem as "desnecessárias" e correspondentes despesas;

-São os ataques a toda e qualquer forma de Poder e de liberdade que os trabalhadores conquistaram dentro das empresas, pela reposição do antigo sistema autoritário: as cartas intimidatórias, os inquéritos, os despedimentos nos "Cabos Ávila", a admissão de Comandos, futura tropa de choque anti-greve, as ameaças de procedimento disciplinar, na S.N. de Sabões.

A hegemonia reformista em qualquer destas lutas vai conduzi-las ao beco do isolamento mau grado os telegramas de apoio e as moções de solidariedade.

O aumento do horário de trabalho, do alargamento das grelhas salariais ou da escalada repressiva e autoritária nas empresas, não só não é um problema de hoje como diz respeito a todos os trabalhadores portugueses.

Os reformistas, com todo o peso do seu "sentido das responsabilidades" e toda a sua arte de ensinar os trabalhadores a "aprender a recuar organizadamente", abrem caminho à derrota (lembremo-nos da Guérin, da ARB, etc.) apesar de toda a sua disponibilidade para a luta como na S. N. de Sabões e da justeza das propostas avançadas como nas Minas da Panasqueira (aumento de 1.500\$00 igual para todos os trabalhadores).

Generalizar e aprofundar as lutas contra a política de recuperação capitalista e as imposições do imperialismo, reorganizar o descontentamento popular a partir dos locais de trabalho e uni-lo numa única e impetuosa corrente de que a Jornada Nacional de Luta deverá ser o primeiro passo, eis os objectivos que se põem e porque lutam os revolucionários.



PREPOTÊNCIAS!

Para além da situação quase inédita de se encontrarem a poucos meses do início de novo período de contratação sem que ainda tenham visto aprovado o CCT os trabalhadores bancários defrontam-se de momento com problemas de enorme gravidade.

Assumem relevo especial os processos disciplinares movidos contra vários trabalhadores do Banco de Fomento Nacional na

gência do Porto, à frente da qual se encontra um ex-legionário altamente condecorado por feitos como o apedrejamento do Paço Episcopal do Porto e a destruição da Associação de Escritores Portugueses. Por seu turno a Secretaria de Estado do Tesouro demissionária tem suscitado o mais vivo descontentamento dos trabalhadores através de despachos como o de 25/10/77 - Pagamento de impostos aos ex-banqueiros - não hesitan-

do em mandar instaurar "processos disciplinares no caso de obstrução por parte dos trabalhadores".

Também a Comissão de Trabalhadores do Banco Fonseca Burnay que vinha assumindo há bastante tempo, como outras na Banca, uma prática de Controle de Gestão, nomeadamente através da presença nas reuniões do Conselho de Crédito, sem que até agora tivesse encontrado resistência, viu esses direitos estatutários

coartados há poucos dias tendo-se defrontado com a situação de suspensão e abertura do processo disciplinar pela entidade patronal a coberto do despacho de 20.1.78 da (SET).

O enquadramento de toda esta acção de restrições aos direitos de informação das CTs bancárias vem no âmbito no recente lei 2/78 - Lei do Sigilo Bancário, que começa a servir aos Conselhos de Gestão para reprimir os órgãos de controle de trabalhadores.

PLENÁRIO NACIONAL DE SINDICATOS

JORNADA NACIONAL DE LUTA PELO CADERNO REIVINDICATIVO

O movimento sindical unitário teve no passado dia 4 um dos seus mais importantes e concorridos plenários depois da realização do Congresso Sindical de Janeiro de 1977.

Convocado já com a coligação PS/CDS formada, apesar das posições constantemente defendidas pelos activistas sindicais revolucionários de que o movimento sindical não deveria ficar à espera do novo governo mas antes intervir activamente na crise política erguendo a força e as reivindicações dos trabalhadores contra o avanço da direita e do imperialismo, o plenário da CGTP - IN tinha duas questões centrais a tratar: 1º a concretização das reivindicações dos trabalhadores portugueses na actual situação, 2º a definição das formas de luta a adoptar para as alcançar.

Em primeiro lugar interessa dizer que as propostas do secretariado da CGTP - IN só foram conhecidas dos dirigentes sindicais 48 horas antes para o 1º ponto e no próprio plenário para o 2º ponto. Este tipo de funcionamento dos plenários da CGTP - IN impede que os trabalhadores e os delegados sindicais discutam previamente e tomem posição sobre as grandes questões do movimento sindical. Uma grande lição da luta que é necessário travar neste campo em defesa da democracia sindical foi dada pelos activistas revolucionários que integram o Secretariado da União dos Sindicatos de Faro ao fazerem vingar propostas conduzirem um processo que assentou na realização prévia de 4 plenários locais em todo o Algarve ouvindo e mobilizando os trabalhadores para o plenário da CGTP - IN. Este é o caminho a seguir para defender consequentemente a CGTP - IN como central sindical única: enraizar o movimento sindical nos locais de trabalho, dotá-lo de uma estrutura democrática e ganhar a força que a luta sem tréguas pelas justas reivindicações dos trabalhadores cria.

O plenário da CGTP - IN analisou e discutiu três propostas. Uma do Secretariado, outra da Direcção do

Sindicato dos Têxteis, lanifícios e vestuário do Sul e outra apresentada por várias Direcções como a do Sindicato das Carnes de Lisboa e Setúbal.

A QUESTÃO DAS REIVINDICAÇÕES

Questão central, numa altura em que se torna fundamental erguer uma resistência activa ao governo direita com o CDS e à sua política anti-popular de submissão total às multinacionais e ao FMI, era a definição das grandes reivindicações do movimento sindical e dos trabalhadores.

Tal como no Congresso dos Sindicatos, apenas duas propostas se defrontavam: uma de inspiração reformista, embora limitada pelas posições do Congresso, apresentada pelo Secretariado da CGTP - IN e outra de oposição revolucionária apresentada pela Direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul, um dos mais habituais e importantes suportes das posições revolucionárias no seio da CGTP - IN.

A orientação reformista da proposta do Secretariado da CGTP - IN estava bem expressa em pontos como:

- a) a definição das portarias como via para a contratação colectiva;
- b) a aceitação do princípio da indexação e da ligação dos salários aos aumentos de produtividade;
- c) a admissão de contratos a prazo;
- d) a não reivindicação da gestão integral do INATEL;
- e) a admissão da interferência da Assembleia da República na regulamentação das CT's;
- f) a aceitação de uma política salarial em separado para as empresas nacionalizadas;

Este conjunto de pontos são bem demonstrativos da vontade que anima os reformistas de negociarem o Pacto Social e da necessidade que têm de para tal fazerem letra morta do Caderno Reivindicativo aprovado no Congresso de todos os Sindicatos.

Foi contra esta tentativa

que mais uma vez a voz dos revolucionários se levantou mostrando o justo caminho da recusa do Pacto Social, o caminho da luta contra os despedimentos e a subida desenfreada do custo de vida. Foi assim que surgiu também a reivindicação proposta pela Direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul dum aumento geral de mil escudos para todas as tabelas entradas em vigor durante a vigência do decreto 49/A - 77, o dos 15% de miséria.

Alguns dos pontos mais significativos da proposta dos Têxteis do Sul vieram a ser aprovados pelo plenário da CGTP - IN, impedindo assim que passassem algumas das tentativas de abandono do Caderno Reivindicativo propostas pelo Secretariado. Tais pontos dizem respeito a: Comissões de Trabalhadores (recusa da interferência dos órgãos de poder na regulamentação das CT's), intervenção dos trabalhadores na elaboração da legislação e em órgãos do Estado (mais amplos poderes de controle da legislação de trabalho e da execução das políticas sectoriais com vista à salvaguarda dos interesses dos trabalhadores), recusa dos contratos a prazo, e possibilidade de recurso à via administrativa na negociação de CCT's só em aspectos que defendam os interesses dos trabalhadores e sem prejuízo da conclusão dos processos por negociação.

A QUESTÃO DAS FORMAS DE LUTA

O plenário veio a aprovar com sete votos contra a resolução apresentada pelo Secretariado da CGTP - IN e depois da Direcção dos Têxteis do Sul ter retirado a sua proposta, na base de nela estar consagrada a necessidade de o Secretariado definir e marcar uma jornada nacional de luta e da inclusão de dois novos pontos: um ligado à defesa das conquistas, liberdades e direitos dos trabalhadores portugueses e outro à organização dum vasta campanha de esclarecimento, mobilização e luta baseada em plenários nos locais de trabalho e diversas reuniões de âmbito sindical (delegados, etc.). Foi igualmente

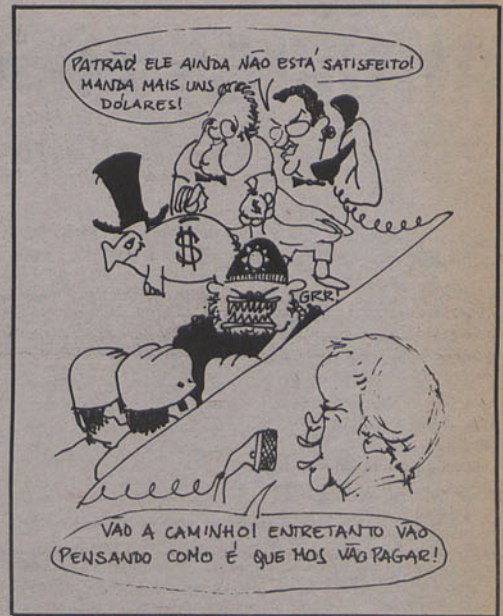
a aprovação destes princípios que levou à retirada para votação naquele plenário da reivindicação do aumento geral de mil escudos que só pode vir a ser levada à prática se sustentada e erguida pelos plenários sindicais nos locais de trabalho e zonas, que urge incentivar.

A outra proposta existente, apresentada por direcções sindicais próximas das posições da UDP/PCP(r) e que se têm vindo progressivamente a aintitular de "sindicatos revolucionários" e até de corrente sindical "revolucionária", mostrava bem o carácter desta linha sindical radicalista: sobre as reivindicações não apresentaram, nada tinham a dizer, e sobre as formas de luta continuaram a repetir a proposta dum nova data para a jornada nacional de luta concebida como uma greve estritamente política e não como uma greve reivindicativa e política assentando num enorme esforço de mobilização e esclarecimento.

Os revolucionários devem tirar as lições deste plenário e levá-las a todos os trabalhadores:

— as manobras para deixar cair o Caderno Reivindicativo e negociar o Pacto Social não podem passar. É preciso unidade, organização e luta a partir dos locais de trabalho para impor as justas reivindicações dos trabalhadores portugueses;

— o reformismo e o radicalismo não interessam aos trabalhadores portugueses. É preciso levar a jornada nacional de luta à prática e as reivindicações à vitória, é preciso dos locais de trabalho e sectores a reivindicação do aumento geral de mil escudos contra a insuportável subida do custo de vida. Só assim, em estreita articulação, a luta pelo salário e pelo emprego e a luta contra o CDS no governo e a sua política anti-popular e de submissão às multinacionais e ao FMI se fundirão solidamente na greve geral reivindicativa e política que constituirá a primeira e a melhor resposta dos trabalhadores portugueses à avançada da direita e da recuperação capitalista.



BREVE

A CABEÇA DO TIRANO

Em Santa Comba Dão houve manifestações, correias, cargas policiais, tiros e feridos porque uns tantos quiseram repôr numa estátua de Salazar a cabeça que outros de lá tiraram.

Vê-se assim que pouco mais de três anos após o derrube do fascismo, já há quem publicamente defenda que o tirano deve de novo ter cabeça. E não faltará (claro!) quem invoque, para tal, "as liberdades", ou quem esconda a autoria de tais propósitos identificando-a com o "Povo", o tal que além de ser sempre quem paga, ainda tem de ouvir destas...

Concluindo: mal andou quem, ao partir a cabeça à estátua não partiu logo o resto todo... Como mal andamos todos se permitimos que se realizem impunemente estas (e outras) homenagens à opressão fascista. Que isto de cães raivosos, ou se matam a tempo ou acabam sempre causando prejuízo...

AS CONFUSÕES QUE POR AI ANDAM

Quando são os socialistas que promovem o capitalismo e a exploração do povo, fácil se torna lançar a confusão e fazer crer que é mal do próprio socialismo aquilo que tais falsos socialistas andam a fazer.

Quando Governos do PS atacam os trabalhadores e defendem os patrões (nacionais e estrangeiros), aumentam desenfreadamente os preços e "contêm" drasticamente os salários é natural que comecem a encontrar eco certas frases (que alguns, e não por acaso, lançam) tais como: "isto agora ainda está pior do que era dantes" ou: "dantes eles comiam mas comiamos todos; hoje é só para eles, que cá não chega nada". Quem não ouviu já coisas destas no eléctrico, na praça ou na bicha para pagar impostos?

E a confusão ajuda sempre os exploradores do povo. Não contentes de roubarem, ainda querem que lhes agradeçamos. E tentam emporcalhar valores que tão caros são ao povo.

De facto, difícil seria prestar tão mau serviço ao socialismo como o fazem os falsos socialistas que por cá abundam. E não só (nem sobretudo) os Lopes da Nota e os Edmundos Presos...

Mas temos de ser claros nas respostas: se Abril teve defeitos, não foi por ter batido o fascismo, mas por ter ficado a meio.

E assim sendo o que há a fazer não é relembrar o passado (que aliás é bem triste) mas lutar para mudar o futuro, bem certos de que os males de hoje vêm de um 25 sim, não de Abril, mas de Novembro!

defender a

REFORMA AGRÁRIA DOS TRABALHADORES

As Uniões Cooperativas são associações de âmbito mais vasto do que as Uniões de Cooperativas pois abrangem, para além das Cooperativas e UCPs, os pequenos agricultores e respeitam a autonomia dos diferentes tipos de empresa.

Através das Uniões Cooperativas tornar-se-ão viáveis as diversas unidades, eliminar-se-à a competição entre elas e criar-se-ão as condições para responder eficazmente aos ataques da burguesia.

A Reforma Agrária representa — sabe-se — uma das mais profundas conquistas populares obtidas após o 25 de Abril, a partir da dura luta travada pelos trabalhadores rurais e pequenos agricultores contra os agrários.

Esta é a razão do ataque da burguesia à Reforma Agrária dos Trabalhadores, desencadeado com especial violência a seguir ao golpe reaccionário do 25 de Novembro, que devolveu à classe opositora uma importante parcela do poder político-militar.

É indesmentível que a capacidade de resistência e a disposição de luta evidenciadas pelos trabalhadores não permitiram ao Poder a "ousadia" de se lançar na destruição total da Reforma Agrária. No entanto, importa compreender que foram os interesses do imperialismo e do capitalismo que ditaram ao Governo do dr. Soares, seu empenhado defensor, a adopção de um plano de destruição progressiva da Reforma Agrária, procurando limitá-la, isolá-la e integrá-la na lógica capitalista.

Surge, assim, o "Pacto sobre a Reforma Agrária" assinado pelos Partidos do VI Governo Provisório (PS, PPD e PCP). Sem nos determos no significado de mais esta traição dos revisionistas, recordemos, para já, que este "Pacto" determinou a divisão do país em dois, subtraindo à Reforma Agrária a maior parte da zona norte do Tejo e o Algarve.

Vejo, também, a concessão de pensões de oito contos e quinhentos aos agrários e a definição de "crime de desobediência qualificada" a qualquer oposição à restituição de terras. Foi ainda o célebre "Plano de Desocupação". Foram as cargas criminosas da GNR, com agressões violentas aos trabalhadores

(em Mora, Arraiolos, Reguengos, Serpa, Évora, Viana do Alentejo, etc.). Foi também a suspensão de técnicos progressistas, e o corte do Crédito Agrícola de Emergência às Unidades Colectivas de Produção e às Cooperativas. E foi, finalmente, como corolário lógico e desenvolvimento normal das condições criadas, "Lei Barreto."

O principal objectivo de tal lei e o aumento substancial das terras a entregar aos agrários, para constituição, aí, de empresas capitalistas rentáveis, em condições de vantagem manifesta relativamente às Cooperativas e UCP's. Realmente, incrementando e reforçando as empresas capitalistas nos campos do Alentejo e do Ribatejo, procurar-

se-à esvaziar a Reforma Agrária do sentido popular, e submeter as unidades controladas pelos trabalhadores à lógica do capitalismo.

Em síntese, poder-se-à dizer que a burguesia, com a Lei Barreto, procura por um lado, destruir as empresas criadas pelos trabalhadores, e, pelo outro, visa incentivar a concorrência entre empresas capitalistas e as Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção.

Mas — e isto é claro — os trabalhadores rurais e as suas conquistas não foram o alvo exclusivo. Também os camponeses pobres e os pequenos agricultores foram duramente atingidos: a Lei do Arrendamento Rural (Decreto-Lei 201/75) veio golpear fortemente a sua única verdadeira conquista.

A Lei do Arrendamento Rural elimina a obrigatoriedade de redução a escrito dos contratos de arrendamento referentes a áreas inferiores a dois hectares, isto é, cerca de metade dos arrendamentos, precisamente aqueles que respeitam aos camponeses pobres, colocando-os assim sem defesa perante os senhores ricos.

AS UNIÕES COOPERATIVAS COMO INSTRUMENTO DA RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA

É necessário, pois, opôr uma barreira firme à usurpação da terra de quem trabalha e é necessário lutar pela revogação da Lei Barreto. Só resistindo activamente às desocupações, se denuncia perante a opinião pública a violência repressiva da GNR sobre os trabalhadores do campo.

Ora, só o funcionamento democrático das UCP's e Cooperativas poderá garantir uma unidade sólida entre os trabalhadores, condição ne-

cessária à resistência vitoriosa, e indispensável para o fortalecimento das unidades controladas pelos trabalhadores. Para defender a Reforma Agrária, importa fomentar a íntima ligação entre os pequenos agricultores que trabalham a terra e os assalariados rurais, em especial com os trabalhadores das Cooperativas e UCP's. É evidente que tal unidade só se efectivará quando também aqueles se sentirem beneficiados pela Reforma Agrária.

O objectivo fundamental apontado pelo MES, para a defesa e avanço da Reforma Agrária, consiste na construção e desenvolvimento das UNIÕES COOPERATIVAS. Estas, são associações de âmbito mais vasto que as Uniões Cooperativas, pois englobam, além das Cooperativas e UCP's,

os pequenos agricultores, e respeitam a autonomia dos diferentes tipos de empresa (pequenos agricultores — gestão individual, e Cooperativas e UCP's — gestão colectiva), ligando-os na resolução de questões como contabilidade, comercialização de produtos, utilização de máquinas e de lagares, etc.

Desta forma, os pequenos agricultores poderão sentir os benefícios da Reforma Agrária. E, através das UNIÕES COOPERATIVAS, tornar-se-ão viáveis as diversas unidades, eliminando-se-à a competição entre elas, e criar-se-ão as condições para responder eficazmente aos ataques da burguesia. Em suma, as UNIÕES COOPERATIVAS serão um poderoso instrumento de direcção e organização da RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA.



ITÁLIA - constituído o PDP

AO/PdUP/Lega costituente di
Democrazia Proletaria



Nos primeiros dias do ano formalizou-se a Constituição do PDP — Partido di Democrazia Proletaria — após um longo e cuidadoso processo de unificação da grande maioria dos militantes de dois partidos que têm desempenhado um papel muito significativo na Esquerda Revolucionária

Italiana: "Avanguardia Operaia" e "Partito di Unità Proletaria per il Comunismo" (que por sua vez resultara já da fusão do "Pdup" com o grupo "Il Manifesto" em 1974). A Assembleia Congressual, prevista para Março, será o acto final deste processo

que modificou radicalmente a composição da Esquerda Revolucionária, e que recolhe a rica experiência de 10 anos de lutas operárias, marcadas pelo emergir do "Compromisso histórico", na consolidação irremediável da natureza reformista do PCI. Afirmado-se claramente

como o maior partido à esquerda do PCI, o PDP conta com um forte conjunto de quadros sindicalistas com intervenção significativa nas três grandes centrais operárias. Termina assim o período da pulverização da Esquerda Revolucionária, marcado por sucessivas cisões e fusões.

A "Lotta Continua" e "Il Manifesto", em clara decadência e isolamento, sofrem as consequências de uma análise errada do processo político. A primeira, apostando na agudização brusca e violenta da luta de classes, com possibilidade da abertura de um processo insurreccional. O segundo, acreditando numa pacífica e gradual transição para o Socialismo, como consequência das condições objectivas da sociedade italiana.

A estas concepções, que provaram o seu malogro, o PDP opõe uma caracterização da crise económica como prolongada, não favorecendo precipitações bruscas, e por isso fazendo perdurar o actual quadro político.

A actual radicalização das lutas laborais, para se projectar ao nível político, encontra poderosos obstáculos — lê-se ainda naquele documento — a capacidade do capitalismo para assegurar a gestão da crise, a subordinação do movimento sindical ao reformismo e o atrazo e limitações da esquerda revolucionária na construção de uma força política capaz de assumir as tarefas do partido revolucionário."

A formação do PDP representa assim a criação de uma força aglutinadora, ao cabo de uma valiosa experiência de luta, em condições de apontar às massas trabalhadoras da Itália, o caminho para o Socialismo e o Comunismo.